



Crise Orçamentária da Unicamp: balanço e perspectivas

João L. S. M. Abreu*, Paulo S. Fracalanza.

Resumo

Através de levantamento sistemático e de encadeamento bibliográfico e de dados, cobrindo as principais fontes acerca do orçamento da educação superior no Estado de São Paulo e, sobretudo, da Unicamp, com elaboração própria de séries históricas e indicadores, este estudo busca elucidar aos seus leitores o funcionamento e características do orçamento universitário da Unicamp; traçar o desenvolvimento deste desde a autonomia universitária até a crise atual; se debruçar sobre as causas e especificidades desta crise assim como sobre as principais propostas que estão no debate público para solucioná-la e, por fim, apontar e discutir as possibilidades em curso de estruturação de modelos de financiamento universitário.

Palavras-chave:

Crise, orçamento, Unicamp.

Introdução

A Universidade Estadual de Campinas encontra-se em quadro de crise orçamentária, ou seja, a receita vem sendo recorrentemente menor que as despesas. Devido à longa crise econômica por que passa o país, registra-se significativa baixa na arrecadação do ICMS desde 2014, o que tem afetado profundamente as finanças da Unicamp, que recebe 2,1958% do ICMS Estadual Paulista como principal fonte de receitas para seu financiamento. Assim, 2018 terminou como o quinto ano seguido em que têm de recorrer de forma substantiva à sua reserva estratégica, preocupantemente cada vez menor, para manter o funcionamento de suas atividades.

Diante deste cenário a comunidade acadêmica, a sociedade civil e as autoridades competentes devem e estão se debruçando sobre a crise universitária, despontando inúmeras propostas para solucioná-la. Entre essas encontram-se a cobrança de mensalidades, aumento do repasse do ICMS, enxugamento do quadro de funcionários, desvinculação da prestação de serviços na área da saúde, *endowments* e financiamento misto.

Este trabalho tem como objetivo trazer de forma acessível a seus leitores o funcionamento e a evolução do orçamento universitário da Unicamp desde a Autonomia Universitária (1989) à crise atual, diagnosticando-a e debatendo os principais modelos de financiamento propostos como alternativa para ela. Ao fim busca-se recuperar valiosas contribuições sobre o caráter e importância da Universidade Pública no Brasil.

Resultados e Discussão

Para financiar as condições que a faz ser uma das melhores universidades da América Latina, a UNICAMP dispõe de três principais fontes de receitas que mantêm uma proporção entre si relativamente estável no tempo: os Recursos do Tesouro do Estado (RTE), que quais têm como maior componente a quota parte do ICMS, os Recursos Próprios, fruto majoritariamente dos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras realizadas com a reserva estratégica, e os Recursos Extraorçamentários, aportados predominantemente pelas agências públicas de fomento à pesquisa no país. Já as despesas dessa instituição são divididas em dois principais grupos: Pessoal e Custeio e Capital. Essas, representaram em média, de 1989 a 2017, respectivamente, 83,67% e 16,33% do total despendido.

A crise orçamental que se inicia em 2014 é marcada pela insuficiência dos recursos orçamentários (RTE e Receitas Próprias) para cobrir o total das despesas da Universidade, tendo determinantes conjunturais e estruturais. No aspecto conjuntural foi determinante a queda real acumulada de 2014 a 2018 de 13,25% dos RTE, o que levou a participação da folha de pagamento sobre os RTE chegar, no ápice da crise em 2016, em 101,49%¹. No outro aspecto, pesa justamente a evolução da folha salarial nos determinantes estruturais da crise. Essa cresceu em função do aumento do peso das aposentadorias na folha, que evoluiu de 9,68% em 1995, para 23,72% em 2010 e chegando a 35,48% em 2017. De 2007 a 2017 a despesa com aposentadorias dobrou em valores reais. Segundo o Relatório do GT Previdência das Universidades Estaduais Paulistas² é esperado que o crescimento da participação das aposentadorias na folha continue até pelo menos 2026, apontando para um aprofundamento da fragilidade financeira estrutural tratada.

Conclusões

A menos que se aumente as fontes de receita, ou que o Estado passe a arcar com a Insuficiência Financeira (valor resultante da diferença entre o valor total da folha de pagamento dos benefícios previdenciários e o valor total das contribuições previdenciárias) como prevê o artº27 da lei complementar 1.010/2007³, ou se reduza o tamanho da universidade, é iminente a vulnerabilidade do orçamento universitário à baixas na arrecadação, devido ao elevado patamar da despesa, comprometendo seu futuro no atual tamanho e nível de excelência.

A situação orçamentária leva a grande atratividade de alternativas de financiamento com aporte privado. Porém, deve-se atentar na baixa efetividade orçamentária destas, ponderando suas implicações perante os objetivos do ensino, pesquisa e extensão público.

Agradecimentos

Agradeço ao CNPq pelo fomento desse trabalho.

¹ASSESSORIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO - AEPLAN. *Anuário Estatístico 2018*. Brasil, Campinas, Universidade Estadual de Campinas.

²GT PREVIDÊNCIA. CRUESP; Fórum das 6. *RELATÓRIO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS*. 2017. Disponível em: <<http://twixar.me/MNT1>>. Acesso em: 08 jul. 2019.

³SÃO PAULO. *Lei Complementar nº 1.010/2007*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://twixar.me/kNT1>>. Acesso em: 08 jul. 2019.